SENADOR
EDMUNDO FERNANDES LEVI
AMAZONAS



BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO DE 1964

— Discurso pronunciado no Senado Federal, na sessão de 3 de julho de 1968.

BRASÍLIA — DF
1968

SENADOR
EDMUNDO FERNANDES LEVI
AMAZONAS

BREVE ANÁLISE DO MOVIMENTO DE 1964

— Discurso pronunciado no Senado Federal, na sessão de 3 de julho de 1968.

BRASÍLIA — DF
1968

Sr. Presidente.

Srs. Senadores.

A conduta humana é uma soma de hábitos, uma estratificação de costumes.

A tendência de todo ser humano, desde que começa a entender-se até os seus últimos momentos, é estabilizar-se numa série de hábitos, numa continuidade de costumes.

A própria educação leva-nos a seguir, embora quase todos numa rota ascendente, aquela tendência a permanecer. Daí por que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o homem é sempre tão revêsso às mudanças, opõe-se sempre, e às vêzes com tanta violência, às transformações.

Pretende o homem, que adquire uma posição, nela permanecer, e aquêles que ainda não a possuem, buscam conquistá-la. Daí a luta que se trava entre os que pretendem renovar a sociedade e os que desejam permanecer no *status* de que gozam as lideranças. Os movimentos populares, os movimentos ideológicos geram sempre tremendas reações, porque a humanidade é sempre tendente a permanecer naquilo que é, evitando as mudanças que parecem violentas.

Mas, Sr. Presidente, a mesma fôrça que impõe na conduta humana o desejo de permanecer, gera, também, o desejo de conquistar.

Quando se altera a ordem pública, quando se altera a ordem jurídica ou a ordem social, as correntes que se chocam convergem, entretanto, para o mesmo objetivo: uma facção querendo dominar, afastando a dominante, e outra querendo permanecer.

As revoluções, quando revoluções, importam em mudança, em transformações. Daí por que o homem, sempre tendente a permanecer o que é, reage contra essas transformações. Mas, no meio das transformações, das mudanças, naquela luta para não se perderem lideranças, aquêles que as desfrutam, quer no terreno social como no político ou no econômico, ou reagem violentamente ou, então, pelos

mesmos motivos, aderem. Reagem porque não querem perder, ou aderem porque querem permanecer.

Sr. Presidente, estamos, atualmente, assistindo às conseqüências dessa conduta, dessas atitudes do homem.

Implantou-se no Brasil, em 1964, um movimento que se cognominou revolução de março/abril. Passados quatro anos dêsse movimento, verificamos que, em verdade, o que se operou foi, tão-sòmente, o afastamento do grupo dominante para ser substituído pelo grupo que passou a dominar. Entretanto, nenhum conteúdo, nenhuma mensagem nova o movimento de março de 64 trouxe à Nação — pura e simples mudança de grupos dominantes. Daí por que estamos assistindo, nestes instantes, a esta inquietação, a esta luta constante entre o que é e o que se pretende que seja. O grupo que passou a dominar o País, em nome de uma Revolução que se dizia renovadora, acastelou-se no poder e, sem nenhuma mensagem, sem nenhum propósito de renovar, deseja permanecer, surdo aos clamores da população, completamente insulado no mar da consciência nacional, pretendendo, como novos iluminados, ditar tão-sòmente as suas concepções, que, em verdade, são nenhuma.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, revolução é mudança, é transformação. Quando se opera apenas a substituição de um grupo político por outro, em verdade não houve revolução, mas um simples golpe de um grupo dominado contra o grupo então dominante. O que aí está, em verdade, nenhuma transformação, nenhum benefício trouxe ao povo; nenhuma concepção nova da gerência da coisa pública se operou, apenas representa a vitória de um grupo desejoso de mando, numa luta que se travava há mais de vinte anos.

E, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando contemplamos a paisagem nacional e assistimos a juventude nas ruas, os operários clamando por mais pão, a população pedindo assistência, e os homens públicos lutando por ser ouvidos, temos a triste certeza de que o Brasil, atualmente, não está sendo administrado, não está sendo guiado como nação amadurecida, com poder da autodeterminação. Parece-nos que os homens que detêm a coisa pública, sem nenhuma visão política, impregnados, imbuídos do espírito de feitor, pretendem continuar à frente dos destinos da Nação, como se estivessem capa-

taziando a própria fazenda, dispondo dela de acôrdo com seus interêsses pessoais.

Nada se faz, Sr. Presidente, que represente uma transformação de costumes, uma renovação de hábitos, uma transformação realmente política. Nem mesmo houve uma revolução jurídica, porque as leis, que se implantaram no sentido político, foram leis reacionárias que ampliaram erros banidos da vida pública pela Revolução de 30. Aí está o voto a descoberto, a eleição indireta para a escolha do Presidente da República que me parece uma anomalia que estigmatiza o Brasil, entre todos os mais países do mundo, quer de regime presidencialista, quer de regime parlamentarista. É prova de que não houve sequer uma renovação no sentido jurídico.

No aspecto econômico, então, que se pode apontar como renovação, como medidas ou providências capazes de atender aos anseios do povo?

Ainda ontem, o eminente Sr. Senador Aurélio Vianna dizia, desta tribuna, que de 1966 a esta data efetivaram-se, sòmente em São Paulo, cêrca de nove mil falências, o que reflete a *débâcle* que se abateu sôbre a Nação. E tôdas as fôrças que ajudam e promovem o desenvolvimento nacional estão minguando, estão desaparecendo, com reflexo na massa que se vê desesperada e desencantada.

A fome campeia. O Plano Nacional de Saúde, segundo tôdas as análises feitas, mera tapeação, com finalidade apenas de acomodar interêsses que não coincidem com os do povo. Não atenderá, de maneira alguma, às necessidades clamantes do povo brasileiro. E, que se dizer no terreno da produção de gêneros alimentícios? Tivemos, há bem pouco tempo, a divulgação, pelo Ministério da Agricultura, de um documento, de um livro que é, em verdade, um escárneo atirado à face da população faminta do Brasil. O livro, todo colorido, exibindo o que seria ou o que é, no entender do Sr. Ministro da Agricultura, a mesa do brasileiro, apresenta uma mesa lauta, como se fôra a vida do brasileiro um permanente banquete do Itamarati.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando, entretanto, vozes sensatas, partindo de tôdas as camadas e de todos os quadrantes, levantam-se para apontar a gravidade da situação por que passa o País e que se aprofunda cada vez mais, os detentores do poder blasonam

que são vozes de inconformados, de subversivos que querem provocar a derrubada do Govêrno. Mas quem adverte, quem aponta erros e pede correção não deseja a convulsão social. Ao contrário, pretende preveni-la, busca evitá-la, pede ao Govêrno que olhe, com os olhos da realidade, a situação do povo brasileiro e se volte, de alma e corpo, em busca da solução. Certo que não há um brasileiro, um único homem público que se negue, em sendo solicitado, a colaborar para que encontremos uma saída para a dramática situação que, hoje, aflige diretamente aquêles que a sofrem e, na sensibilidade, a todos os que a estudam e contemplam.

Mas, Sr. Presidente, o grupo que se assenhoreou do poder, segundo a velha lei que delineei ao iniciar estas considerações, pretende de qualquer maneira conservar-se na liderança. Não ouve os clamores, não busca soluções e entende que através da opressão, sob o mandonismo de feitor, poderá manter um país arrolhado, as crianças morrendo à míngua, atacadas pelas endemias e o operariado sem poder atender ao mínimo reclamado pelas suas necessidades. É a volúpia de conservar-se à frente da coisa pública. É o propósito de continuar usufruindo as vantagens de uma liderança que não possui.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a própria agitação de rua, que reflete a agitação, a inquietude dos lares, traduz muito bem uma triste realidade. É que não há liderança no País. O País está sem líderes. Apenas há capatazes que pretendem dirigi-lo como se fôsse uma fazenda particular. E porque não há liderança, a mocidade agita-se, o operariado está clamando, tôdas as camadas, tôdas as classes sugerem saídas, sugerem soluções, mas que não convergem para um encontro, porque, desgraçadamente, não há lideranças no País que possam sintetizar essas idéias.

Basta considerarmos, Sr. Presidente, que não dispomos de partidos políticos.

Os partidos políticos, nos meios democráticos, funcionam como teses e o Govêrno, o execcutor das finalidades do Estado, funcicona como síntese dessas teses canalizadas ou direcionadas pelos partidos.

Entretanto, que temos nós? Dois partidos artificiais: um, formado, na maioria, pela adesão de homens hábeis que se colocaram, com

as naturais exceções, dentro da agremiação oficial, como meio de continuar usufruindo das vantagens de liderança política, econômica e social, ou de adquiri-las através de uma atuação favorável ao Govêrno; do outro lado, um partido que não tem condições de dirigir uma mensagem ao povo. Tôda idéia nova, tudo que possa oferecer, tudo que possa debater, como solução para os problemas angustiantes do povo, repercute nos ouvidos moucos dos feitores nacionais como temas de subversão, propósitos de levar o povo à rebelião, desejos de atirar o País à convulsão social. Nós, que observamos o fenômeno, a situação que se desenrola perante os nossos olhos, compreendemos que, com um Govêrno surdo às sugestões, insensível aos apelos, não haverá a solução que todos desejamos, que é aquela capaz de repor o povo brasileiro na confiança dos seus próprios destinos.

Que se pode esperar de uma organização que pune sem ao menos oferecer aos punidos o direito de defesa? O próprio Fidel Castro, na sua violência, quando quis punir aquêles que lhe eram contrários, ou que não comungavam com o seu ideário, pelo menos criou um tribunal popular, perante o qual os acusados se pudessem defender.

No Brasil, não. Infelizmente, os punidos sofreram as maiores acusações, mas nos subterrâneos do ódio dos que tinham propósitos de vingança, ou que temiam a presença de lideranças verdadeiras, que já se estavam formando e firmando na consciência nacional.

Um dos pontos tão negativos contra a revolução que, segundo seus mentores, ainda se desenvolve, está justamente nesse caso inédito no Brasil de punir-se alguém sem que, de qualquer maneira, ou pela menor forma, se lhe haja oferecido oportunidades de defesa. E quando se fala em anistia, surgem os corifeus do Govêrno, a dizer que o momento não é oportuno, que ainda há agitação, ainda há intranqüilidade.

Mas, Sr. Presidente, uma das causas desta permanente intranqüilidade e insatisfação está no afastamento de milhares de brasileiros, homens da mais alta projeção, homens dos mais humildes, sem que, ao menos, saibam porque foram cassados, porque foram demitidos, porque foram banidos, porque foram punidos com tanto rigor.

Só se chama o bombeiro quando está lavrando o incêndio.

Que valerá uma anistia, quando tôdas as causas, tôdas as conseqüências dos males praticados contra aquêles que seriam beneficiados por essa anistia já tiverem desaparecido?!

Indubitàvelmente, não se chama o bombeiro para apagar incêndio já extinto.

Uma anistia teria, por certo, o papel importante, não digo de extinguir mágoas, porque quem sofreu injustiças não as esquece, mas pelo menos de amainar, de serenar os ânimos, para que todos se considerassem realmente brasileiros livres.

O Sr. Lino de Mattos – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI – Com prazer!

O Sr. Lino de Mattos – Considero oportuníssimas as observações formuladas por V. Exª sôbre a necessidade imperiosa da anistia a todos aquêles que foram condenados pela Revolução e afastados da vida pública brasileira. Lembraria o exemplo francês. Entre os recentemente anistiados pelo Presidente De Gaulle há diversos que haviam sido condenados à morte. Posteriormente, essas condenações foram transformadas em prisão perpétua: oficiais superiores do exército francês, elementos políticos que estavam expatriados, todos condenados, e no entanto anistiados no instante em que o Presidente da República Francesa sentiu a necessidade da união das fôrças francesas, para enfrentar as reformas reclamadas, principalmente pela juventude francesa. Veja o caso brasileiro. Quais os condenados? Há, porventura, algum por condenação infamante? Examinemos um caso apenas – o do ex-Presidente da República, Jânio Quadros. Qual o inquérito policial-militar, qual o inquérito administrativo, qualquer providência de ordem legal que pese sôbre êsse ilustre brasileiro? Nenhuma. Absolutamente não foi alcançado por processo algum. Por que a cassação dos seus direitos políticos? Êsse exemplo se aplica a todos os demais que perderam os seus direitos políticos por dez anos. Ora, a situação do Brasil, conforme V. Ex.ª está fixando com muita propriedade, reclama paz, reclama compreensão. Poderia perfeitamente o Presidente da República, Marechal Costa e Silva, chefiar neste País êsse entendimento geral, começando por propor ao Congresso Nacional anistia a todos aquêles que foram alcançados injustamente por atos da Revolução. Cumprimento o nobre represen-

tante do Amazonas pela iniciativa que tomou, lembrando às autoridades brasileiras, ao Govêrno da República e ao Presidente Costa e Silva a necessidade de tomar iniciativa desta importância, desta magnitude, para trazer o sossêgo, a paz à família brasileira.

O SR. EDMUNDO LEVI – Muito grato, nobre Senador Lino de Mattos. Realmente, se o Govêrno deseja tranqüilidade, quer encontrar soluções globais para os problemas que vêm afligindo a Nação brasileira, êle há de começar pelo restabelecimento da paz nos lares, e não só naqueles lares atingidos diretamente, mas nos lares brasileiros, porque, ao meditar sôbre a maneira violenta como se puniram compatrícios nossos, sentimos dentro de nós mesmos a ameaça permanente contra a nossa própria tranqüilidade. Não se pode sentir tranqüilo aquêle que vê o seu vizinho ou o seu irmão sofrendo uma injustiça.

O Sr. Arthur Virgílio – Permite V. Exª um aparte? (*Assentimento do orador*) – Desejaria acrescentar ao oportuno aparte do nobre Senador Lino de Mattos o seguinte: o General De Gaulle agiu, ainda, renunciando a uma justíssima reação pessoal, e, procedendo com a conduta de um verdadeiro estadista, que não pode colocar sua pessoa acima dos interêsses do Estado, anistiou homens que várias vêzes atentaram contra sua vida, por intermédio de uma entidade chamada OES.

O SR. EDMUNDO LEVI – Exato, nobre Senador Arthur Virgílio. O eminente Presidente da França compreende que, acima das suas paixões, dos seus interêsses e dos seus caprichos de ser humano, êle é o Presidente da Nação francesa; não o é de uma simples chácara, como pretendem nossos governantes.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI – Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Mas note V. Exª que o Presidente De Gaulle, não obstante no exercício de um mandato por eleições populares, ao sentir aberta a crise, a profundidade dela e a procedência de muitas reivindicações formuladas, não experimentou fôrça para proceder imediatamente. Revendo seu comportamento, apelou para o prestígio do voto popular. Confiou no povo e agora, escudado no

pensamento da maioria, anuncia reformas em profundidade, ao tempo em que dá o testemunho de inteligência política a que acaba de referir-se o nobre Senador Arthur Virgílio, pois que os jornais de hoje já dizem que será proposta a anistia a direitistas, seus inimigos rancorosos. Note V. Exª esta sabedoria de um homem de visão: no momento de crise, sobretudo, não há govêrno forte se não fôr escudado na opinião do povo. É o que falta ao govêrno brasileiro: confiança no povo.

O SR. EDMUNDO LEVI – Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Exª, com o brilho da sua inteligência, antecipou-se às considerações que eu ia fazer sôbre a maneira como o Presidente Charles de Gaulle se investiu – apesar de já estar investido legalmente de autoridade – de um refôrço de autoridade, para realizar tôdas as mensagens anunciadas. Tudo que fizer, porém, terá base no consentimento popular.

Nobres Senadores, devemos reconhecer que só há três maneiras de se chegar ao Poder: pela herança, que é um sistema que vai desaparecendo da face da terra; através do mandato popular; ou através das revoluções ou golpes de fôrça.

Quando alguém chega ao poder com o consentimento popular, em verdade está escudado em tôdas as garantias legais e morais para exercê-lo. Quando, entretanto, se chega às culminâncias governamentais de um país através de um golpe de fôrça, o titular dêsse poder ou se mantém como eixo do círculo de fôrça que o apóia ou então busca, pelas medidas que adota em favor do povo, em favor da Nação, captar as simpatias populares e, assim, embora sem manifestação direta, receber o beneplácito do povo.

O que ocorre no Brasil é que o grupo que, pela fôrça, se apoderou do Govêrno, não teve a sabedoria de angariar a simpatia, de conquistar os favores da simpatia popular e pretende manter-se ùnicamente pelo esquema de fôrça, que julga infalível. Mas êsse esquema de fôrça, êsse sistema de Govêrno totalmente despido de visão política, mantém a Nação numa constante inquietação, numa permanente intranqüilidade.

Êsse sistema de Govêrno mantém a Nação numa constante inquietação que vai cansando a todos, e, por isso, são inúmeras as vo-

zes, de todos os recantos, clamando por medidas que ponham fim a êsse cansaço, a essa insatisfação, a essa inquietação. O Govêrno, entretanto, inteiramente surdo, pretende manter-se, e permanecer, em nome de uma revolução. No entanto, revolução é movimento e, sem que nisso haja qualquer desconsideração ou descortesia aos homens que se investiram de capitães do movimento de 64, não posso conceituá-lo como movimento autênticamente revolucionário.

Sòmente os espíritos moços podem fazer revolução. A velhice é a estabilidade, é a quietude. A maior revolução de todos os tempos sôbre a terra, embora sob inspiração divina, foi realizada por um ente de 33 anos, espiritualmente sem idade e por isso de juventude eterna. Não há velhos vanguardeiros de revoluções, exceto quando são velhos apenas no físico. A velhice é a estabilidade, é a quietude, é a estática. A dinâmica é própria da mocidade, sobretudo dos espíritos jovens.

A revolução de 64 foi capitaneada pela velhice, que era a juventude, a mocidade de 1930, rebelada, naquela oportunidade, contra os desmandos, os maus costumes, os erros dominantes. Agora, aquela longínqua juventude, hoje no poder, os restabeleceu, até em maior grau, em maior profundidade, como, por exemplo, a monstruosidade, a imoralíssima prática do voto a descoberto para escolha indireta do Presidente da República. Espíritos velhos em corpos velhos.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI – Com todo prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Sem objetivo de contestação, mas dentro da linha de seu raciocínio, se nos aprofundássemos na análise, poderíamos, mesmo, chegar à conclusão de que os atuais detentores do poder não fizeram o que se está chamando de revolução. Aproveitaram-se do movimento vitorioso e da fragilidade inesperada do Govêrno anterior, porque, na verdade, o movimento de opinião que se desdobrou nas ruas, segundo se anunciava, tinha o propósito de resguardar a pureza do regime democrático. Verificada a fragilidade do Govêrno anterior e sua fácil deposição, daí é que emergiram os chamados donos da revolução, os que dela se aproveitaram, muitos sem, sequer, dela terem tomado conhecimento, em tempo oportuno.

O SR. EDMUNDO LEVI – Exato, nobre Senador. Como V. Exª disse, não há contestação, ao contrário, confirmação à minha tese de que muitos homens, pelo desejo de não perder posição, ou de a conquistar ou de continuar no poder, tanto se opõem como aderem à revolução. A mesma razão pela qual alguns se opõem faz com que outros adiram: não querem perder posições ou buscam obtê-las.

Os que aí estão, alguns dêles pretensos intérpretes da desconhecida ideologia revolucionária de 1964, não fizeram outra coisa senão aderir à revolução, na esperança de continuar ou de conquistar liderança.

O Sr. Josaphat Marinho – Note, ainda, V. Exª que no momento em que tantos não-revolucionários, antes partidários do Govêrno passado, se adaptaram à nova situação, tivemos êste exemplo singular no mundo: uma revolução extremamente conservadora, para não dizer reacionária. Tudo que era condenado no passado foi mantido, o sistema foi mantido. Foi eliminado apenas o conjunto de liberdades públicas.

O SR. EDMUNDO LEVI – O que era condenado não foi, apenas, mantido, como exacerbados foram os defeitos. E conservador por isso: porque os que queriam permanecer nas lideranças, política, social e econômica, engajaram-se no movimento revolucionário e se transformaram em líderes, encontrando perfeita guarida nesse movimento.

Tal ocorreu porque aquêles que o capitanearam eram homens vencidos pelos tempos, corroídos de velhice psicossomática. Não fizeram êles pràticamente uma revolução, mas simples mudança de grupos dominantes, substituição de um grupo de mando por outro, com o objetivo de aboletar-se nas posições que vinham buscando através da confirmação popular, mas sempre a êles negada.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que o País, realmente, realize uma revolução, com o sentido de transformação, na infra-estrutura como na supra-estrutura nacional, é preciso que se siga o bom e nôvo exemplo que nos vem da velha França.

Não será pela perseguição, pela destruição dos que não concordam com os mandantes eventuais do Govêrno que se encontrará solução para os problemas nacionais.

Grita o Sr. Presidente da República que não permitirá — como senhor de uma feitoria — qualquer modificação na Constituição, não permitirá um toque sequer na Constituição vigente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o eminente Senador e Professor Afonso Arinos, ao se despedir desta Casa, teceu algumas considerações, oportuníssimas, sôbre o que representa uma Constituição como esta sob a qual vivemos, que êle classificou de Constituição-instrumento.

O instrumento é útil enquanto se realiza a operação a que êle se destina, mas, à medida que as fases dessa operação se vão concretizando, naturalmente, outros instrumentos devem ser utilizados.

Esta Constituição é, em grande parte, um agrupamento de normas transitórias, não pode ser intocável, porque, sobrepujantemente, não representa uma estratificação da consciência jurídica nacional.

Deveria entender-se, apenas, como roteiro daquilo que poderia ter sido êsse incerto movimento revolucionário. Entretanto, está servindo como tampão à verdadeira evolução brasileira. Por que o Sr. Presidente da República não envereda por um caminho real, por um caminho objetivo que represente a soma das aspirações e o desdobramento das inquietações nacionais? Por que não modifica êsse instrumento, que aí está, cortando aquilo que já não tem valia, que já não tem aplicação, que nunca teve, nunca terá, para dotar o País de uma legislação móvel, capaz de atender às transformações que a própria Nação reclama? Não será por uma forma estática de Govêrno que se há de realizar uma revolução. Sòmente através de instrumento dinâmico é que poderemos realizar uma reforma agrária capaz de atrair populações para os campos e proporcionar alimentação farta ao povo brasileiro. Não devemos ùnicamente pensar em aparelhar materialmente as fôrças militares, dar-lhes o que há de mais moderno para uma guerra, que, temos fé em Deus, não ocorrerá. Poderíamos, isto sim, retardar um pouco êsse aperfeiçoamento material, para investir em tratores, cuidar da saúde do povo, de problemas de água, de esgôto, de melhoria de hospitais, de resolver problemas educacionais, ao invés de empregar bilhões em armamentos, que, em breve, estarão obsoletos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando se prenuncia que estamos às vésperas de algo que nos poderá fazer chorar lágrimas de san-

gue, julguei de meu dever, como homem de Oposição, como homem que quer cooperar, como homem que sente os problemas nacionais, e aos interêsses meramente partidários sobrepõe os interêsses pátrios, julguei de meu dever também — como inúmeros colegas têm feito nesta Casa — advertir o Govêrno, pedir-lhe que reexamine sua conduta, não transforme o Palácio do Planalto numa ilha escarpada no meio de um oceano revôlto. É preciso sensibilidade para que os problemas sociais não voltem a ser, como anteriormente a 30, problemas de pata-de-cavalo — hoje, seriam problemas de esteiras-de-tanque. É preciso que o Govêrno abra sua mente, escancare suas vistas para o panorama nacional e ouça, sem distinção de filiação partidária, de credo, de posição ou de ideologia, a todos os homens que têm uma mensagem, uma parcela de sugestão como colaboração à tão desejada solução para a conjuntura nacional.

Sr. Presidente, convém que os homens que dirigem a coisa pública quebrem a estática em que se implantaram e aceitem a dinâmica que vem das ruas, das cátedras, das tribunas e dos púlpitos para que, somando tudo isto, como teses, encontrem afinal a síntese que há de ser o bem e a tranqüilidade do povo brasileiro.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Brasília — DF

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO
(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM